

ATIVO - P. I. B.  
DATA 22/04/93  
COD. WTD 00103

Pres. Figueiredo, 12-12-92

Companheiros e amigos, CEDIRTA  
mais uma vez lhes escrevemos para informar

sobre esta parte da Amazônia.

5 mil toneladas de material radiativo acabam de ser enterrados na área do Pitinga, sob a responsabilidade da Paranapanema. Esse material transitou clandestinamente, desde agosto, pela reserva Waimiri Atroari e pelo Município de Pres. Figueiredo. A população não foi informada a respeito do conteúdo e do perigo que essa carga representava. E as autoridades municipais e estaduais não tomaram, até o momento, qualquer providência. A Mineração Taboca vem constatando, pesquisando e lavrando minérios radiativos no Pitinga, desde o início dos anos 80. Além disso, trata-se da única mina brasileira, que se saiba, que mantém, in loco, um especialista em radiatividade.

A empresa já teve que mudar o seu principal conjunto habitacional na mina, localizado no Igarapé Madeira, e depois precisou aterrar uma rua por causa do excesso de radiatividade.

Desde meados dos anos 80, correm boatos sobre pessoas do Pitinga que teriam sido afetadas pela radiatividade: fala-se em perda dos dentes, fraqueza geral do organismo, problemas no aparelho respiratório sem diagnóstico convincente, perda de cabelos, leucemia...

A Mineração Taboca (Paranapanema) realiza um rodízio absurdo de seu pessoal na mina. Seria apenas para não pagar-lhes os direitos trabalhistas ou para diminuir o problema da contaminação radiativa dos seus trabalhadores?

Desde inícios de agosto, os moradores do Município de Pres. Figueiredo vêm passar diante de suas portas, carretas transportando em bolsas, um estranho mineral, no sentido inverso à saída normal dos minérios do Pitinga. A origem desse material ainda é dubia. Algumas fontes nos informaram que esse material já estava estocado, há alguns meses, em Manaus sob a guarda da Paranapanema e de um órgão público. A empresa teria pedido para jogá-lo no rio, mas fora impedida pelo referido órgão público. Por isso teria resolvido transferi-lo para o Pitinga.

Motoristas das carretas transportadoras informaram que se trata de zirconita, que saíra do Pitinga para São Paulo, onde fora rejeitada e por isso estaria retornando ao seu local de origem. No dia das eleições, 3-10-92, um desses motoristas nos dizia que ainda havia 1.200 toneladas estocadas em São Paulo, à espera de serem recambiadas para o Pitinga.

Finalmente, outra fonte nos informou que há alguns meses, o Parlamento Japonês teria tomado uma resolução que obrigava as firmas que trabalham com material radiativo, a devolverem aos locais de origem as "sobras". Ora, sabemos que a Paranapanema está ligada aos grupos japoneses The Industrial Bank of Japan e Marubini. Estaria ela entre as firmas atingidas pela resolução?

Entretanto, já sabemos também de fontes seguras, que pelo menos 5 mil toneladas desse material foram enterradas no Pitinga. Se fosse algum lixo inofensivo, bem podia ter sido enterrado em Manaus, São Paulo ou Japão. Além disso, já é de domínio público a rotina de procedimentos inescrupulosos do Grupo Paranapanema, desde quando se instalou nesta região, sempre acobertada pelos Governos Federal, Estadual e Local. Para refrescar a memória, segue uma pequena relação de golpes contra os Waimiri Atroari e a população local:

- 1979 - O Governo concede ilegalmente, 5 alvarás de pesquisa e lavra de minérios à Paranapanema, na Reserva Waimiri Atroari.
- 1980 - O Governo altera o mapa da região para desmembrar a parte Leste da Reserva Waimiri Atroari em favor da Paranapanema.
- 1981 - O Pres. João Figueiredo ratifica, mediante Dec. Lei de 23/11/81, o desmembramento da parte Leste da Reserva dos índios, 15 dias após e homenageado pelo Governo do Amazonas, com a criação ilegal do Município de Presidente Figueiredo.
- 1982 - A FUNAI autoriza a Paranapanema uma estrada em plena Reserva Waimiri Atroari.
- 1983 - A FUNAI concede à SACOPÁ, (uma empresa privada à serviço da Paranapanema e comandada por militares da ativa e da reserva) o con-

trole da Reserva Waimiri Atroari à Leste da BR-174.

1984 - Diante das críticas às empresas invasoras de áreas indígenas, as eminências pardas no Governo começam a pôr as unhas de fora. Assim, José Belfort, Diretor do DNPM e atual Secretário do Meio Ambiente do Amazonas, sai em defesa da Paranapanema afirmando que ela "recolhe impostos para construir dezenas de hospitais e escolas". Só que os governos aos quais Belfort continua servindo, jamais mostraram estas obras.

1985 - A Mineração Taboça anuncia que a rentabilidade da empresa é nove vezes superior à taxa média obtida pelas empresas brasileiras e maior que qualquer mercado financeiro. Enquanto isto, a população local de Pres. Figueiredo, fogia do Município, fustigada pela fome e falta de perspectivas.

1985 - Suspeitas de irregularidades na exportação de minérios e um novo golpe contra os índios é armado pela Paranapanema através da assinatura de um "Termo de Compromisso" com três líderes indígenas, que em troca de um projeto de bovino-cultura, cedem à empresa um território indefinido.

1987 - Desesperada com a ação enérgica da Igreja contra as atividades ilegais nas terras indígenas da Amazônia, a Paranapanema, com o apoio do Jornal O Estado de São Paulo, lança uma campanha difamatória contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

1988 - A Justiça Eleitoral do Amazonas instala 9 urnas eleitorais na propriedade privada da Paranapanema no Pitinga, criando assim um campo de concentração de eleitores através do qual controla o poder no Município de Pres. Figueiredo.

1989 - A Procuradoria Geral da República interdita "a estrada ilegalmente construída pela Paranapanema na área Waimiri Atroari" e pede à Polícia Federal "apuração dos fatos". Mas os políticos e autoridades regionais, conseguem impedir a ação da Justiça.

1990 - É fundado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minério de Pres. Figueiredo e Pitinga. Mas a Paranapanema promove uma verdadeira caçada humana para sequestrar a direção do sindicato e demite a todos os operários filiados ao mesmo.

1991 - O deputado Atila Lins, do Amazonas, intimamente ligado à Paranapanema, tenta através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, frustrada cheia de ambiguidades, reeditar a campanha contra o CIMI.

1992 - No dia 18-10-92 "a Polícia Federal informou que PC-Farias cobrava propinas da Paranapanema para manter o monopólio da produção de estanho no Brasil". Informou ainda que José Carlos Araujo, o maior acionista da Paranapanema e já citado no caso Nagi Nahas, do estouro das Bolsas de Valores do Rio e S. Paulo, "aparece nos registros dos computadores do PC". Em abril quando começaram a aparecer as notícias do envolvimento de empresas no esquema de corrupção PC-Farias, J.C. Araujo "vendeu" suas ações para Otávio Lacombe e retirou-se discretamente do país, indo residir em Paris.

É preciso que se esclareça ao público brasileiro o por que de tanta impunidade. Como moradores do Mun. de Pres. Figueiredo e atingidos pelas consequências dessa grave suspeita do enterro de material radiativo aqui, solicitamos a vocês companheiros e amigos, solidariedade no sentido de exigir um posicionamento do Governo do Amazonas, da FUNAI e do DNPM, cujos titulares desde 1979 vem acobertando todo o tipo de golpes da Paranapanema contra o indefeso povo Waimiri Atroari e amazonense.

No mais, apesar das tristezas e preocupações que vivemos junto com toda a população da região, juntamo-nos às alegrias e festejos de Natal e Ano Novo de todos vocês, procurando viver alguns momentos a Festa da Vitória do Povo que virá.

Com um abraço de Boas Festas de NATAL e ANO NOVO,

*Leydi MAREWA*  
PELO MAREWA

Mov. de Apoio à Resist. Waimiri Atroari

*Muito obrigado pelo material que nos está enviando regularmente para a gente, Eryzete Soares*